



Gerardo Magela

Congresso tenta votar novo rito para Orçamento

Sessão está convocada para hoje, mas ainda há divergências sobre aspectos da proposta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manteve a reunião do Congresso para as 19h de hoje, embora não haja acordo sobre as mudanças nas regras de tramitação do Orçamento. O líder do governo, senador Fernando Bezerra, admite a resistência de deputados a pontos como a redução dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento. **Página 3**

Senadores e deputados se reúnem hoje no Congresso: mudanças na proposta orçamentária não puderam ser votadas na última terça

Ex-mulher de Rogério Buratti depõe hoje na CPI dos Bingos

Elza Gonçalves Buratti, ex-mulher de Rogério Buratti, depõe hoje, a partir das 11h, na CPI dos Bingos. Membros da comissão acreditam que Elza pode fazer revelações importantes porque, em depoimento à Polí-

cia Federal, ela teria dado a entender que tinha muitas informações sobre as atividades de Rogério Buratti, acusado de intermediar contrato da Caixa Econômica Federal com a multinacional GTech. **Página 5**



Jane Araújo

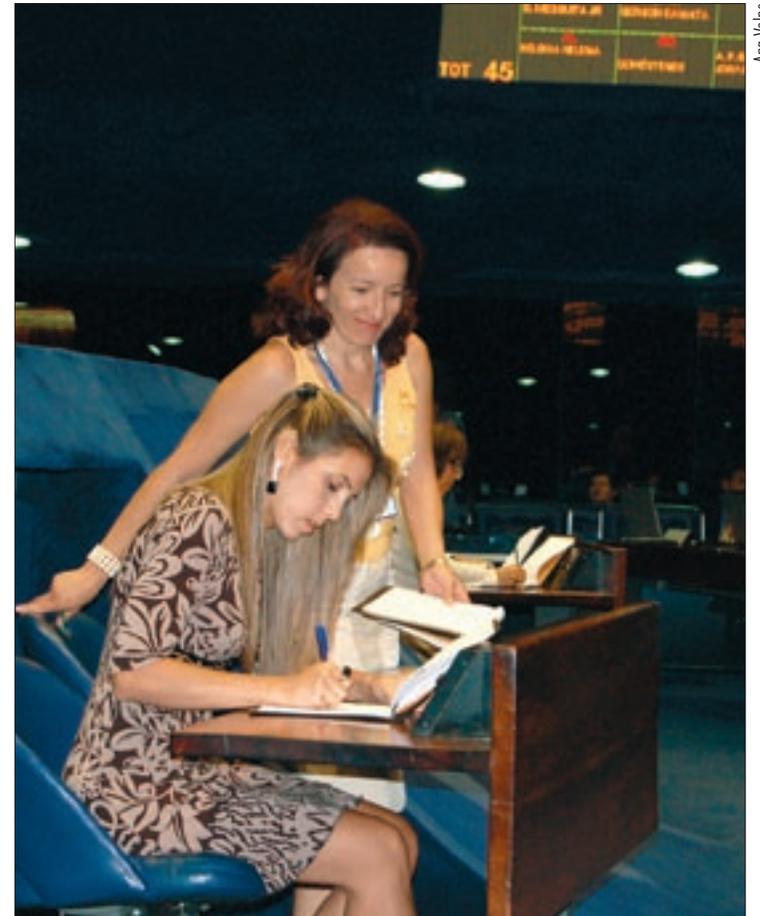
Efraim e Garibaldi, presidente e relator da CPI dos Bingos, discutem relatório final

Ideli: programa beneficia os mais pobres

A líder do PT, Ideli Salvatti, destaca estudo do Banco Mundial (Bird) que aponta o Brasil como o país que obteve resultados mais efetivos em programas de distribuição de renda em 2004. **Página 7**

Alvaro: Brasil anda para trás em tecnologia

O líder da Minoria, Alvaro Dias, afirma que o Brasil está andando para trás no uso da tecnologia. Preocupado, ele sugere aos candidatos que incluam o assunto em seus programas de governo. **Página 7**



Ann Volpe

A missão delas é clara: transcrever com rigor absoluto o que se fala, conforme destaca o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro. A nota taquigráfica constitui elemento incontestável de prova em juízo. Não pode haver dúvida. **Página 8**

Projeto visa facilitar a compra de equipamentos como aparelhos auditivos e cadeiras de roda motorizadas

Azeredo propõe crédito especial para pessoas deficientes

As pessoas portadoras de deficiência poderão ser beneficiadas na aquisição de equipamentos, produtos ou serviços que permitam ganhos de mobilidade, produtividade e bem-estar. É o que prevê projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), segundo o qual as instituições financeiras abrirão linhas de crédito especiais, para pessoas físicas ou jurídicas, com essa finalidade. A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Na justificativa do projeto, Azeredo salienta que a proposta poderá contribuir para ampliar as oportunidades de inclusão social da pessoa portadora de deficiência. Conforme ele, a implantação da acessibilidade costuma exigir reformas e modificações de alto custo, o que termina por adiá-la devido à falta de linhas de crédito compatíveis.

– Os portadores de deficiência têm dificuldade para adquirir produtos como cadeiras de roda motorizadas, aparelhos auditivos e computador com sintetizador de voz. O projeto propõe a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras para financiamentos e a possibilidade de as instituições financeiras reduzirem despesas com Imposto de Renda, com base na diferença entre o que cobriam nos empréstimos e a



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Azeredo prevê isenção de IOF para empréstimo a portador de deficiência

taxa Selic que receberiam em empréstimos ao governo, mais um *spread* de 0,5 % ao mês – explicou o senador.

De acordo com a iniciativa, os contratos de financiamento deverão ter taxas de juros máximas equivalentes ao rendimento anual da caderneta de poupança, sendo vedada a cobrança de tarifa de abertura de crédito ou similares. O valor individual do financiamento será limitado entre um e 20 salários mínimos, independentemente do custo do bem a ser adquirido. O prazo para a amortização não poderá ser superior a 36 meses.

A proposição também estabelece que não será permitida a tomada de novo empréstimo enquanto o anterior não for liquidado. O financiamento para produtos importados só poderá ocorrer quando comprovada a inexistência de similar nacional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta continua trancada por MPs

A pauta da sessão deliberativa, às 14h, continua trancada. São cinco medidas provisórias (MPs), entre elas a MP 281/06, que isenta de CPMF e de Imposto de Renda

(IR) os rendimentos dos títulos da dívida brasileira comprados por estrangeiros. Também está na ordem do dia a MP 284/06, que permite aos patrões deduzir do IR o salário pago

a empregado doméstico. A medida busca incentivar a assinatura das carteiras dos domésticos, formalizando o vínculo empregatício e garantindo os direitos desses empregados.

Congresso retoma votação de mudanças na elaboração do Orçamento

Está marcada para as 19h sessão conjunta do Congresso Nacional. Deputados e senadores tentarão aprovar as mudanças na composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO), resposta do Congresso à operação da Polícia Federal que identificou parlamen-

tares envolvidos em fraudes orçamentárias na compra de ambulâncias para prefeituras. A idéia é vincular, na apresentação, as prefeituras beneficiadas com recursos das emendas parlamentares, além de diminuir o número de membros da CMO.

Cade, empréstimos e Lei Kandir na CAE

Pedidos de autorização para dois empréstimos internacionais e a recondução da diretoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) serão analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Na segunda parte da reunião, será discutida a regulamen-

tação do pagamento, pelo governo federal, de compensação aos estados exportadores pelo que deixam de arrecadar em ICMS. Foram convidados os governadores do Pará, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de membros dos executivos locais.



Primeira infância e violência em discussão

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) promovem audiência conjunta às 10h sobre o tema Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância. O objetivo é ampliar essa discussão e sensibilizar autoridades e entidades da sociedade

civil sobre a possibilidade “e eficácia” da prevenção da violência nos primeiros anos de vida. Foram convidados especialistas para tratar do assunto. A escritora de novela Glória Perez e a atriz Marisa Orth confirmaram presença no encontro.



Indicação para diretoria da Antaq

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tem reunião marcada para as 10h. Senadores vão sabatinar Fernando Antonio Brito Fialho, indicado pelo Executivo para exercer

o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Depois das perguntas, os parlamentares avaliam a nomeação em votação secreta.

CPI ouve ex-mulher de Buratti

A CPI dos Bingos tem reunião às 11h. Depois de votar requerimentos, os senadores ouvem Elza Gonçalves Buratti. Ela é ex-esposa de Rogério Tadeu Buratti, acusado de cobrar propina a empresas de Ribeirão Preto (SP) para formação de caixa dois, que seria usado em campanhas políticas do PT.

Crise da Varig

O grupo de trabalho da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que analisa a crise da Varig reúne-se às 14h. Representantes da empresa e do BNDES participam da grupo. Deve repercutir entre os membros a notícia de que o ex-deputado José Dirceu estaria intermediando a venda da Varig para investidor russo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Paulo Paim e Alvaro Dias



Célio Azevedo

Proposta de Juvêncio prevê cinco minutos diários de mensagens

Campanhas de vacinação devem ser divulgadas

Nos dez dias que antecederem as campanhas nacionais de vacinação, as emissoras de rádio e de televisão devem reservar cinco minutos diários, divididos em inserções durante a programação, para a divulgação dessas campanhas, sem ônus para o poder público. É o que prevê o Projeto de Lei 21/06, do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

A proposição altera a Lei 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. O projeto prevê sanções para as empresas que descumprirem a exigência de divulgação da campanha, estabelecendo multa variável de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil e até a suspensão dos serviços de radiodifusão.

Juvêncio argumenta que as campanhas, para terem êxito, devem ser precedidas de ampla divulgação, especialmente pelo rádio e pela televisão, veículos que, acredita o senador, possuem maior poder de penetração em todas as classes sociais.

– Somente com amplo conhecimento por parte da população é possível obter os elevados índices de comparecimento requeridos para o sucesso das campanhas – justificou.

A proposta determina ainda que não haja custo para o poder público nessa divulgação. Assim, o montante que seria gasto com a propaganda poderia ser direcionado para outras causas de interesse coletivo, especialmente a saúde pública, disse Juvêncio. O projeto tem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) como relator na Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Projeto de resolução para tornar mais transparente a tramitação da proposta orçamentária ainda não tem acordo entre parlamentares

Congresso tenta votar hoje novas regras para o Orçamento

Ainda não há acordo entre bancadas de deputados e senadores e os seus líderes sobre a votação do projeto de resolução (PLN 2/05) do Congresso, que faz mudanças no rito de votação do Orçamento da União. Foi cancelada a reunião de líderes partidários para tratar do assunto, marcada para a manhã de hoje, segundo o deputado Ricardo Barros (PP-PR), autor do projeto de resolução e participante ativo das negociações.

De qualquer forma, está mantida a reunião do Congresso convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para votar o projeto, a partir das 19h de hoje. Na última terça, a proposta esteve na pauta do Congresso, mas a apresentação de emendas de última hora acabou adiando a votação por uma semana.

Conforme o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), há resistência entre os deputados sobre alguns pontos do projeto, entre eles a redução à metade do número de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) – de 84

para 40. Também não foi bem recebida pelas bancadas a exigência de rodízio anual nos integrantes da comissão.

A Resolução 2/05 do Congresso entrou em debate depois da Operação Sanguessuga da Polícia Federal, que levou à prisão mais de 40 pessoas envolvidas em irregularidades no uso de verbas do Orçamento federal para compra de ambulâncias pelos municípios. Durante uma semana, um grupo de deputados e senadores discutiu o projeto, apresentando aos líderes partidários sugestões de mudanças. A princípio, os líderes concordaram com as propostas,

mas elas não foram bem recebidas pelas bancadas de deputados.

No geral, o projeto torna a apresentação de emendas e a discussão do Orçamento mais transparentes. Proíbe emendas parlamentares com redação genérica, o que poderia propiciar irregularidades, ao mesmo tempo em que impõe rodízio dos membros da CMO. Também passa a exigir que as emendas de bancada beneficiem propostas de infra-estrutura estadual ou regional. Já as entidades indicadas para receber verbas do Orçamento têm de ser totalmente identificadas, com nomes de diretores, sócios e endereços.



Roosevelt Pinheiro

Fernando Bezerra admite que pontos do projeto enfrentam resistência



J. Freitas

Renan Calheiros manteve a reunião do Congresso para hoje à noite

ACM rejeita acordo enquanto não se explicar destino de R\$ 890 milhões

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que não aceitará acordos para votar as matérias que estão na pauta do Senado – trancada por cinco medidas provisórias – enquanto não for esclarecida a destinação de verba de R\$ 890 milhões pelo governo federal. Esses recursos visam custear programas de habitação e urbanização de favelas em vários municípios brasileiros. De acordo com o senador, tal verba, que já foi aprovada pelo Congresso, vai beneficiar principalmente prefeituras comandadas por aliados do governo. Para Antonio Carlos Magalhães, trata-se

de novo esquema de desvio de dinheiro público.

– Essa ladroagem não é nem urgente nem relevante, a não ser para os ladrões – disse Antonio Carlos.

O parlamentar fez críticas ainda à Câmara dos Deputados e ao seu presidente, Aldo Rebelo, lamentando as absolvições dos parlamentares acusados de envolvimento no mensalão.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, também foram criticados por Antonio Carlos Magalhães. Sobre o presidente, o senador afirmou que seu governo continuaria desviando



Roosevelt Pinheiro

“Essa ladroagem não é nem urgente nem relevante”, afirma Antonio Carlos

dinheiro público. A respeito de Cláudio Lembo, que também é do PFL, Antonio Carlos disse que ele se deixou levar pelos elogios recebidos de Lula e disse que o governador também pertence à “elite branca” que ele mesmo responsabilizou pelos problemas de distribuição de renda no país.



Célio Azevedo

Simon propõe que população influencie orçamentos em todos os governos

Simon sugere formas de participação popular em projeto

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe a participação direta da população e de suas entidades no processo orçamentário da União, dos estados e dos municípios.

Segundo a proposta, a iniciativa popular deve ocorrer em audiências públicas ou mediante a apresentação de propostas orçamentárias.

O processo envolverá a elaboração, aprovação e controle da execução do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), diz o texto. Para isso, serão realizadas audiências públicas promovidas pelos Poderes Executivo e Legislativo.

De acordo com a proposição (PLS 171/05), os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão aprovar leis com a finalidade de definir as formas de organização e funcionamento das audiências públicas, bem como da participação das pessoas e das entidades interessadas.

Essas leis também estabelecerão critérios para o atendimento das propostas, que deverão ter como objetivo a redução das desigualdades sociais e regionais.

Na justificativa, Simon afirma que o projeto é a reapresentação de outro (PLS 20/96) que teve parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas não foi aprovado.

– Ao contrário do que ocorre em países mais desenvolvidos, onde a elaboração e a aprovação do Orçamento configuram eventos políticos de alto significado para grande parcela da população, no Brasil, tradicionalmente, apenas alguns poucos segmentos, como parte dos parlamentares, parte dos administradores e a tecnocracia ligada à área financeira, dão importância a esse processo – disse o representante do Rio Grande do Sul, ao reiterar a justificativa da primeira proposta.

Mensagens presidenciais visam prorrogação dos mandatos da presidente do conselho, Elizabeth Farina, e dos conselheiros Luís Vasconcelos, Luiz Prado e Ricardo Vilas-Bôas



Uma das competências da Comissão de Assuntos Econômicos é emitir parecer sobre indicações de nomes para agências do setor

CAE examina recondução de quatro conselheiros do Cade

Dos sete integrantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), quatro deles, incluindo a presidente do colegiado, Elizabeth Farina, terão suas reconduções aos cargos, para mandatos de mais um ano, examinadas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Se aprovadas, as mensagens de indicação serão apreciadas ainda pelo Plenário. Compete ao Cade acompanhar e julgar fusões, incorporações e associações de empresas, em defesa do sistema de livre concorrência.

Professora da Universidade de São Paulo (USP), Elizabeth Farina preside o órgão desde julho de 2004. Com doutorado em Economia, ela tem oito livros publicados. Também serão examinadas as indicações dos

conselheiros Luis Fernando Rigato Vasconcelos, Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado e Ricardo Vilas Bôas Cuevas.

Vinculado ao Ministério da Justiça, o Cade atua em todas as iniciativas empresariais que resultem em concentração econômica superior a 20% do mercado nacional de bens e serviços. A avaliação do órgão é obrigatória quando uma das empresas envolvidas possui, no mínimo, R\$ 400 milhões de faturamento bruto anual. Caso o negócio seja julgado danoso à concorrência, o colegiado pode determinar restrições contratuais nas operações, ou mesmo a venda total ou parcial dos ativos referentes à transação.

Nos últimos anos, a questão mais polêmica que passou pelo Cade foi a compra da indústria de

chocolates Garoto pela Nestlé. Essa empresa ainda tenta modificar na Justiça a decisão do conselho de anular a operação, com a revenda da Garoto. O órgão considerou que a operação provocava alta concentração – superior a 50% – no mercado brasileiro de chocolates. Na mais recente decisão, semana passada, o Cade aprovou, com restrições, a fusão entre a Sky e a DirecTV, operadoras de televisão por assinatura via satélite.

Os conselheiros do Cade integram a relação de autoridades e dirigentes de órgãos federais que, depois de escolhidos pelo presidente da República, são sabatinados e aprovados previamente pelo Senado. O procurador-geral da autarquia também precisa ser submetido à aprovação legislativa.

Paim afirma que há soluções viáveis para tirar Varig da crise

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem, em discurso no Plenário, que há saídas viáveis para a crise da Varig que poderiam ser implementadas rapidamente. Ele afirmou que negociações com os governos estaduais podem resultar no pagamento dos créditos que a companhia tem com eles e que podem chegar a R\$ 1,38 bilhão.

Esses créditos, segundo o senador, são referentes a recolhimentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feitos acima do valor correto. De acordo com Paim, as maiores dívidas seriam dos estados do Rio Grande do Sul, do Amazonas e de

São Paulo. O governo do Rio de Janeiro, ressaltou o parlamentar, já teria negociado o pagamento de 75% desses créditos.

Além disso, Paim mencionou entre as soluções que estão sendo negociadas a antecipação do leilão da companhia – previamente marcado para julho – e a concessão de um empréstimo por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O senador também manifestou preocupação com os aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, que atende aos funcionários da Varig. Citando reportagem



Paulo Paim manifesta preocupação com situação dos aposentados da empresa

do jornal *Valor Econômico*, Paim afirmou que eles poderão ficar sem o pagamento de benefícios a partir de novembro. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também externou preocupação com a situação dos aposentados e parabenizou Paim por sua atuação em favor dos idosos.

Heloísa: pacote não atende a 2% dos produtores rurais do Nordeste

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem, em discurso no Plenário, que o pacote de medidas para o setor agrícola anunciado pelo governo federal na semana passada não atende sequer a 2% dos produtores rurais do Nordeste.

Ela lembrou que os agricultores da região vêm enfrentando há quatro anos prejuízos nas safras e, devido a isso, encontram-se em sua maioria inadimplentes. Heloísa afirmou que, diante da inadimplência, os assentados, os agricultores familiares e os pequenos e médios produtores não conseguem crédito para financiar as novas safras.

– Deixo aqui o meu protesto por mais uma farsa técnica e fraude política do atual governo em relação ao setor agrícola – reagiu a senadora.

Ela criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por vetar dispositivos de projetos de lei para o setor agrícola elaborados pelo Congresso Nacional. E classificou de “desrespeito aos parlamentares” a atitude do presidente.

Heloísa citou diversos senadores que trabalham em prol



Heloísa Helena critica vetos a projetos do Congresso voltados para a agricultura

da agricultura nacional e que já formularam vários projetos para ajudar o setor, como a correção de distorções no saldo devedor dos produtores, a repactuação de dívidas e a garantia de alternativas de desenvolvimento econômico sustentável ambientalmente. Infelizmente, lamentou a parlamentar, o governo federal não apóia tais propostas.

– O presidente da República conta com a omissão vergonhosa do Congresso Nacional em não analisar o seu veto – afirmou Heloísa ao lembrar que o Legislativo tem a prerrogativa de analisar os vetos presidenciais, e derrubá-los se for o caso.

Medidas são insuficientes para resolver crise, sustenta Alvaro

O pacote de medidas destinadas ao setor rural anunciado pelo governo na semana passada recebeu ontem, em Plenário, críticas do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Na sua opinião, as medidas divulgadas não são suficientes para resolver a atual crise no agronegócio, que estaria, na verdade, aprofundando-se com a “inoperância governamental”.

– O governo, mais uma vez, decepcionou e frustrou os agricultores – afirmou o parlamentar. Alvaro Dias ressaltou que a agricultura brasileira sofre, hoje, a ausência de políticas eficazes para o setor, que incluam, por exemplo, zoneamento, crédito e preço mínimo para a safra. Diante desse quadro, o parlamentar alertou para a deterioração de um setor considerado como “âncora verde” do Plano Real e fundamental

para a estabilização da economia.

– O governo tem o dever de socorrer o setor em um momento dramático como agora. Espero que, nessas andanças pelo país, os candidatos a presidente da República discutam uma proposta de política agrícola definida para o Brasil – comentou.

Tributos

Outro tema abordado por Alvaro Dias foi um estudo revelando que a carga tributária no Brasil atingiu patamar recorde em 2005. Ele assegurou que nunca os tributos consumiram tantos dias de trabalho do brasileiro e responderam por um valor *per capita* tão elevado. Para ilustrar seu argumento, revelou que, enquanto em 1982 o brasileiro tinha que trabalhar 82 dias ao ano para pagar impostos, esse compromisso elevou-se para 142 dias em 2005.

Presidente da CPI dos Bingos diz que prazo pode ser prorrogado se governistas tentarem desqualificar relatório. Ideli responde que governo se oporá ao que fugir do foco

Virgílio contesta matéria de *Veja* e diz que espera pedido de desculpa

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), contestou matéria publicada pela revista *Veja* na edição desta semana. De acordo com o texto, intitulado “O escudo de Lula”, o senador faz parte “de uma bancada sensível aos interesses” do banqueiro Daniel Dantas.

Após desmentir essa afirmação, entre outras, Virgílio declarou que espera pelos pedidos de desculpas dos autores da matéria.

– Não é assim que se faz uma carreira decente no jornalismo.

O senador também afirmou que não endossa as acusações – que teriam sido feitas por Daniel Dantas em entrevista à *Veja* – de que o presidente Lula teria contas ilegais no exterior.

– Não tenho provas disso – ressaltou Virgílio, acrescentando que “isso cheira a Dossiê Cayman”.

Em um dos trechos contestados pelo líder do PSDB, a reportagem afirma que, “há três semanas, o senador Arthur Virgílio (...) denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por Delúbio Soares”.

– Não foi isso que eu disse. Eu denunciei a extorsão supostamente feita a Dantas não por Delúbio,



Virgílio nega fazer parte “de uma bancada sensível aos interesses” de Daniel Dantas

mas por Lula, Antonio Palocci e José Dirceu, baseando-me em declarações da irmã do banqueiro, Verônica Dantas, perante a Justiça norte-americana – declarou.

Em outro trecho da matéria citado por Arthur Virgílio, Dantas teria dito que, se fosse prejudicado, “levaria o PFL, o PSDB e o PT juntos”.

A revista afirma ainda que, “depois de *Veja* revelar que as relações entre o banqueiro e o governo eram mais complexas, muito mais complexas, Virgílio sumiu do mapa. Por que será? Dantas sabe”.

– Não aceito essas insinuações. Ninguém tem o direito de dizer isso de mim impunemente – protestou o senador.

Ideli: governo quer aprofundar investigação sobre Brasil Telecom

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou que, ao contrário do que se divulga, o governo tem o maior interesse em ver aprofundadas as investigações sobre denúncias do banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, que envolvem antigos e atuais integrantes do governo federal em transações financeiras ilícitas pelo controle da empresa de telecomunicações Brasil Telecom.

Segundo a senadora, as tentativas de Dantas de conseguir algum favorecimento do governo do PT foram frustradas até agora, o que motivou o banqueiro a “atirar para todos os lados, denunciando autoridades de todos os poderes”. Ela disse presumir que Dantas venha fazendo tentativas de obter favorecimento desde a época das privatizações, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Ideli informou que o governo está buscando ser conciso no foco das acusações, e baseia-se em duas instâncias para provar que o banqueiro tentou algum

favorecimento do PT, mas nada conseguiu: o inquérito da Polícia Federal denominado “Operação Chacal” (que inclui investigação sobre participação da empresa Kroll e uso da CIA, agência de inteligência norte-americana, para espionagem a autoridades brasileiras a mando do banqueiro), e os documentos enviados pela extinta CPI dos Correios ao Ministério Público Federal. A senadora explicou que o governo está agindo de maneira cautelosa para tentar comprovar que os atos de Dantas são de desespero.

– Vamos aguardar para comprovar que Daniel Dantas está apenas desviando as atenções porque seu projeto de achaque foi frustrado. Ele tentou e não levou – disse a senadora, referindo-se à matéria da revista *Veja* sobre afirmações de Dantas de que teria sido extorquido pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e outros.

Conforme a revista, o banqueiro disse que Delúbio lhe teria pedido R\$ 40 milhões para favorecê-lo na gestão da Brasil Telecom.

Efraim busca acordo para votar o relatório da CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), afirmou ontem, em entrevista, que não acredita que os senadores da base governista obstruam a votação do relatório final de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Efraim avisou que, caso isso ocorra “e o governo tente desqualificar o relatório do senador Garibaldi”, é possível até uma nova prorrogação dos trabalhos da CPI.

Confiante na análise e votação do documento nos próximos 15 dias, Efraim informou que o relator pretende divulgar o texto até sexta-feira ou, no máximo, na próxima semana.

O presidente da comissão garantiu que buscará entendimento entre os líderes do governo e da oposição para não ter problemas na votação do relatório final.

Efraim Morais afirmou, porém, que não terá dificuldades para conseguir as 27 assinaturas necessárias para a prorrogação dos trabalhos se a base do governo prejudicar a votação.

– Se quiserem fazer um jogo político de oposição e governo, estamos preparados – avisou.

Voto em separado

Também em entrevista à imprensa, a líder do PT no Senado, senadora Ideli Salvatti (SC),



Efraim não acredita que governistas obstruam a votação do relatório de Garibaldi

disse estranhar as afirmações de Efraim. Ela destacou que tal atitude “não é um comportamento adequado” para um presidente de CPI. A senadora afirmou que o governo espera um relatório que trate do foco determinado para a criação da comissão parlamentar, ou seja, investigar casas de bingo e a relação delas com o crime organizado e a lavagem de dinheiro.

– Tudo que não tiver relação com isso está fora do foco e não deve constar no relatório.

A senadora não adiantou as estratégias que os aliados do gover-

no devem utilizar, porém afirmou que os governistas pretendem apresentar votos em separado ou destaques ao documento.

Ideli chegou a lembrar a votação do relatório final da CPI dos Correios, quando destaques não foram permitidos.

– Então poderemos até pensar em derrubar o relatório – afirmou a senadora.

Ela disse lamentar que a CPI não tenha dedicado “tempo suficiente para investigar efetivamente os bingos” e afirmou que a comissão “perdeu tempo” ao investigar casos fora do assunto.

Elza Buratti depõe hoje na comissão

A ex-mulher do advogado Rogério Tadeu Buratti, Elza Gonçalves Buratti, depõe hoje, a partir das 11h, na CPI dos Bingos.

Membros da comissão acreditam que Elza pode contribuir muito com os trabalhos do colegiado, uma vez que em setembro do ano passado, em depoimento à Polícia Federal, ela deu a entender – segundo os peritos – que tinha bastante informação sobre as atividades de Rogério Buratti. Mas não quis revelar nada por uma questão de ética, por se tratar de seu ex-marido, cuja separação ocorrera havia poucos meses.

Rogério Buratti, que por três vezes já depôs na CPI dos Bingos, foi assessor na prefeitura de Ribeirão Preto (SP) quando a cidade era administrada pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci. Buratti foi acusado de intermediar o pagamento de propinas de empre-

sas para a formação de um caixa do PT a ser usado em futuras campanhas eleitorais.

Também pesam sobre ele acusações de que, em abril de 2003, quando da renovação do polêmico contrato entre a multinacional GTech e a Caixa Econômica Federal para a administração de loterias, teria cobrado propina no valor de R\$ 6 milhões para que o governo autorizasse a prorrogação do contrato.

Amanhã, também às 11h, a comissão ouve o presidente da Associação de Bingos do Rio de Janeiro, José Renato Granada, e o diretor-adjunto da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin), Jair da Ressurreição Paula, que também é dono de algumas das maiores casas de bingo do país, como a Imperador, a Imperatriz e a Itaim – todas com sede na cidade de São Paulo.

A CPI deve votar o relatório final até o dia 7 de junho. O relator, senador Garibaldi Alves Filho, adianta que poderá pedir o indiciamento de 50 pessoas.

Na lista, devem aparecer os nomes de Antonio Palocci, por irregularidades que teriam sido cometidas durante sua gestão à frente da prefeitura de Ribeirão Preto, e do atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, que teria pagado contas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da filha dele, Lurian Cordeiro, com recursos de origem ainda desconhecida.

Em seu primeiro depoimento à comissão de inquérito, Okamoto alegou que pagou a conta do presidente Lula “do próprio bolso”. Mas, na outra vez em que veio depor, negou ter saldado o débito.

Marcos Negrini/Setec/MT



Medida visa evitar que cobrança do imposto contribua para extinção da atividade circense

Alvaro Dias propõe que circos sejam dispensados do pagamento de ISS

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto para excluir os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A proposta (PLS 120/06) retira da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116/03, que rege a cobrança do imposto, o subitem que determina a cobrança do ISS relativo às atividades dos circos.

Para Alvaro Dias, o circo está seriamente ameaçado desde 31 de julho de 2003, quando o imposto começou a ser cobrado sobre essa atividade. Ele argumentou que, como se não bastasse a pesada carga tributária nacional, a cobrança tornou ainda mais grave a situação circense, que “vem lutando para continuar suas ativi-

dades e propiciar entretenimento e cultura acessíveis à população brasileira”.

O parlamentar citou em seu projeto a lei anterior que regia a cobrança do imposto, o Decreto-Lei 406/68, o qual não autorizava a incidência desse tributo sobre os circos.

– É importante frisar que a receita dos municípios proveniente da cobrança do ISS sobre os espetáculos circenses é mínima. Para os circos, contudo, o imposto representa um fator extremamente oneroso, que contribuirá certamente para a sua progressiva extinção – justificou.

A proposição está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e será relatada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Senador critica o governo brasileiro pelo corte de verba do Fundo Penitenciário e elogia Uribe, reeleito presidente da Colômbia, por combater o narcotráfico naquele país

Agripino cobra de Lula realização do programa de segurança pública

Ao elogiar o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, pela reeleição com 62% dos votos e pela erradicação do terrorismo no país, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo não cumprimento de promessas na área de segurança pública. O senador apontou vários itens do Programa de Segurança Pública para o Brasil, apresentado por Lula durante a campanha de 2002, que não foram realizados, como o compromisso de não contingenciamento dos recursos do Fundo Penitenciário (Funpen).

Agripino atribuiu a vitória de Uribe ao cumprimento da promessa de combater o narcotráfico na Colômbia, enquanto Lula, ao contingenciar R\$ 280 milhões do Funpen, inviabilizando a construção de presídios, disse o senador,



“Contingenciamento de R\$ 280 milhões contraria o que Lula escreveu”, diz Agripino

é responsável pela colocação do líder do PCC, Marcola, em presídio de segurança máxima superlotado. Esse fato teria levado à crise de segurança pública em São Paulo, ocorrida no início de maio.

– O senhor Marcola, que indignou o país, está num presídio de

segurança máxima com superlotação porque não foram feitos outros presídios. O senhor Luiz Inácio Lula da Silva contingenciou R\$ 280 milhões, contrariando o que escreveu – afirmou.

Agripino criticou ainda o governo por não ter cumprido outro item do Programa de Segurança Pública, referente à criação do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Ele lembrou que a quebra do sigilo do caseiro Francenildo Costa ocorreu exatamente quando ele solicitou proteção ao serviço.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) alertou para a necessidade de os partidos de oposição se esforçarem para que o povo tome conhecimento dos casos de “falta de palavra do presidente e do contingenciamento de verbas orçamentárias”.

Virgílio destaca pesquisa genética sobre o guaraná

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimentos de voto de aplauso para as instituições pertencentes à Rede Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas (Realgene), consórcio pertencente ao Projeto Genoma responsável por pesquisa sobre o guaraná. Para promover o desenvolvimento sustentável do fruto típico da região amazônica e garantir sua qualidade, o consórcio fez o mapeamento parcial de seu sequenciamento genético.

– Apraz-me duplamente fazer esse registro, pelo mérito da pesquisa e como representante do Amazonas, onde a pesquisa é levada a sério e desenvolvida em equipe – disse.

Sob a coordenação do professor Spartaco Astolfi Filho, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Realgene conta ainda com pesquisadores e professores de diversas universidades federais – além da Ufam –, como a do Amapá (Unifap), Pará (UFPA), Maranhão (UFMA), Tocantins (UFTO), Acre (Ufac), de Roraima (UFRR), Rondônia (Unir), Ribeirão Preto (Unaerp), da Universidade de Brasília (UnB), e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazonas (Inpa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Mapeamento genético, feito pelo consórcio Realgene, irá melhorar a qualidade do guaraná

O senador registrou entrevista do novo chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, general Oswaldo Jesus Ferreira, ao *Diário do Amazonas*, segundo o qual a região, por sua localização, é prioritária para a segurança brasileira. Na avaliação do parlamentar, o Exército está motivado para proteger as fronteiras do país e “promover um golpe de morte no nascedouro do tráfico de armas e de drogas”.

Virgílio parabenizou Paulo Ney Tomaz Avelino, presidente da Unipar Construtora S.A., pelo diploma de Empresário do Ano de

2006, outorgado pela Federação das Indústrias do Amazonas.

Votos de pesar

Pedindo a inserção nos Anais do Senado do artigo “Amar a Vida”, de Romero Braga, sobre a professora Sebastiana Braga, falecida recentemente, Virgílio enalteceu a trajetória da educadora da Fundação Lourenço Braga e seu trabalho voluntário nos bairros da periferia de Manaus.

Ele apresentou ainda voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, de Tertulino Araújo Pereira, pai do jurista e deputado estadual Lino Chixaro (PPS-AM).

Museu do Senado

Uma história de arte

O Senado Federal possui um museu para relembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.



2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 às 11h30
Tarde - 14h30 às 17h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

Informações: 3311-4331/4029

www.senado.gov.br

Célio Azavedo/Agf/Ima/ Senado

Empre/MT



Projeto de Valadares prevê quatro *campi* avançados da Universidade Federal

Valadares quer expansão do ensino superior em Sergipe

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) poderá abrir quatro *campi* avançados nos municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá com o objetivo de oferecer dez novos cursos de nível superior, além de desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária. A proposta, contida em projeto de lei (PLS 79/06) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), prevê o funcionamento da instituição nos turnos matutino, vespertino e noturno, visando, segundo o parlamentar, “a uma mais eficiente utilização da infra-estrutura física e à justa oportunidade de viabilizar a matrícula universitária ao cidadão brasileiro”.

Segundo justificativa ao projeto, o plano de expansão da UFS prevê a criação de 60 novos cursos entre 2005 e 2008, sendo 35 de graduação, 18 de mestrado e sete de doutorado. Para isso, será necessário o preenchimento das 122 vagas docentes atualmente existentes na instituição e a criação de outras 775 até o final de 2008. O senador espera que, ao término do processo, a UFS alcance um total de 1.358 professores contratados, número necessário para atender à expectativa de 24.452 matrículas projetadas.

– Considerando que já existe o campus de Itabaiana com dez cursos de graduação ofertados, resta, pois, a expansão para os referidos municípios, conforme previsto no plano da UFS, dando início à interiorização da universidade, comprovando o compromisso social dessa instituição – disse Valadares.

Para o senador, a interiorização da UFS é necessária também porque o sistema estadual público de ensino médio passou recentemente a atender todos os 75 municípios de Sergipe, aumentando, assim, a demanda por vagas no ensino superior público do estado.

A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, será enviada à Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Senadora informa que, segundo estudos do Banco Mundial, país foi o que mais obteve sucesso com programas de inclusão social e de distribuição de renda na América Latina

Ideli salienta resultados positivos dos programas sociais no Brasil

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou ontem, em Plenário, os resultados de estudos realizados pelo Banco Mundial sobre programas de inclusão social e de distribuição de renda na América Latina, que apontam o Brasil como o país que mais obteve resultados efetivos com esses programas em 2004.

Dados do estudo mostram que, no Brasil, 73% dos recursos chegam, de fato, aos 20% mais pobres da população. Em segundo lugar, informou a parlamentar, vem o Chile, com 58% dos recursos beneficiando a população de baixa renda. Mas o Programa Chile Solidário se restringe a 230 mil famílias contra 8,7 milhões de famílias brasileiras beneficiadas pelo Bolsa Família e outros programas sociais.

– Esse é um exemplo significativo de política focada de forma que os recursos sejam aplicados prioritariamente a quem o programa é destinado – disse Ideli.

O governo Lula, afirmou a senadora, “conseguiu inverter a



Ideli: conforme estudo, 73% dos recursos chegam aos 20% mais pobres da população

lógica perversa e derrubar o dogma de que primeiro o bolo precisa crescer para depois ser dividido”. O estudo do Banco Mundial, informou Ideli, analisou também Nicarágua, Honduras, República Dominicana, México e Argentina. Ela comparou os resultados brasileiros com o México, cujos programas sociais existem há dez anos, mas só conseguiu atender até agora 5 milhões de famílias ou 35% dos mais pobres.

Ideli citou, ainda, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais o grau de desigualdade social recuou de 0,554%, em 2003, para 0,447%, em 2004, apontando para a maior queda na desigualdade social no Brasil desde 1981. Segundo a pesquisa, a renda dos 10% mais pobres cresceu 4,1% em 2004, em comparação com 2003; e a participação na renda dos 50% mais pobres também cresceu de 14,4% para 15,2% do total da renda brasileira no mesmo período, informou a líder do PT.

Segurança alimentar

A senadora fez um apelo aos parlamentares para que o Senado aprove o projeto da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL 6047/05), do Executivo, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Ideli lembrou que o projeto foi tema de debate com a participação de diversas organizações não-governamentais e entidades de assistência social, na semana passada, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Alvaro Dias cobra política nacional de desenvolvimento tecnológico

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou, ontem, a falta de uma agenda com um projeto de política nacional para a economia digital. Para ele, neste momento, em que os candidatos à Presidência elaboram seus programas de governo, este tema, que “diz respeito à modernidade e é indispensável ao exercício pleno da soberania”, não pode ser esquecido.

Alvaro Dias lamentou que, em 2006, o Brasil tenha caído seis posições e ficado em 52º lugar no *ranking* do Fórum Econômico Mundial que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade.

– Ninguém, em sã consciência, pode negar a importância das tecnologias de ponta, e em especial das tecnologias da informação, como ferramental estratégico para o desenvolvimento de uma nação. Mas o fato é que nós estamos, literalmente, andando para trás – comentou.

Em busca de um caminho para reverter a trajetória de queda, o senador fez menção aos chamados Tigres Asiáticos, em especial Coréia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e China.

– São países onde as lideranças nacionais, ainda que com diferentes doses de autoritarismo, perceberam, em passado distante, que, sem tecnologia de ponta, é absolutamente impossível criar qualquer modelo de desenvolvimento nacional sustentado – explicou.

Além disso, reforçou Alvaro Dias, os Tigres não apenas investiram e continuam investindo na produção de bens com valor tecnológico agregado, mas principalmente na educação e no uso da tecnologia de forma sistemática por suas populações.

– Está mais do que evidente a urgência e a necessidade de o Brasil promover um verdadeiro choque tecnológico, para garantir o rápido crescimento de seus mercados, reduzir as gritantes assimetrias so-



Tema é indispensável ao exercício pleno da soberania, opina Alvaro Dias

ciais e definir posições condizentes com a sua importância como nação no espaço geoeconômico global – alertou.

Eleições na Colômbia

Alvaro Dias ainda cumprimentou o presidente reeleito da Colômbia, Alvaro Uribe, que venceu a disputa no primeiro turno nesse fim de semana. Para o senador, duas características marcantes de Uribe foram decisivas para sua vitória: autoridade moral e capacidade de decisão.

O parlamentar salientou que “a consolidação da democracia num país que ainda enfrenta focos de guerrilha é uma vitória de todo o continente”.



Imperatriz seria a cidade escolhida, sugere Roseana

Roseana propõe área de livre comércio no MA

O município de Imperatriz (MA) poderá abrigar uma zona de processamento de exportação (ZPE), uma área de livre comércio destinada à instalação de empresas voltadas à produção de bens comercializados exclusivamente com o exterior. A autora do projeto de lei (PLS 34/06), senadora Roseana Sarney (PFL-MA), lembra que as ZPEs são criadas em regiões menos desenvolvidas, para reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover no país a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.

Roseana afirma que o Maranhão é o estado que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do país e o menor produto interno bruto *per capita*. Imperatriz, diz ela, é a segunda cidade mais importante do estado, com uma população de 232 mil habitantes e uma economia voltada, principalmente, para o setor de serviços.

– A instalação de novas empresas, atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial, acarretaria a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local – afirma. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em seguida, irá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.



Secretário-geral da Mesa do Senado lembra o valor jurídico das transcrições, e diretora de subsecretaria revela o perfil dos profissionais

Carreiro destaca o poder da taquigrafia desde o Império

“Rigor absoluto na transcrição do que é ouvido e na identificação de quem falou, sem dubiedades.” Essa é a recomendação do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, aos cem taquígrafos que anotam diariamente nesta Casa do Legislativo os discursos dos senadores e as declarações de quem quer que precise ter suas falas transcritas nos registros oficiais da instituição.

Com 38 anos de Senado, onde chegou aos 19 anos, Carreiro exerce hoje o mesmo cargo do “oficial-maior” que, há 180 anos, assistia às sessões plenárias sentado à Mesa de direção dos trabalhos, numa “cadeira rasa” para tomar nota de tudo quanto se passasse na reunião. Dirigindo uma secretaria que é a espinha dorsal do Senado, Carreiro comanda também a Subsecretaria de Taquigrafia, que, em sua avaliação, é uma das principais

vértices da instituição.

– Tenho o maior zelo pelo trabalho da Taquigrafia porque esse é o registro oficial do que se passa não só no Plenário, mas nas comissões permanentes e nas comissões parlamentares de inquérito [CPIs]. Por isso, oriento a Taquigrafia a fazer uso de todos os recursos tecnológicos à nossa disposição, sem deixar de fazer a corriqueira checagem da grafia de palavras, às vezes indo sanar uma dúvida ortográfica com o próprio senador, tudo em nome da precisão do que é transcrito – relatou.

Segundo o secretário-geral da Mesa, isso é importante, entre outras razões, devido ao valor jurídico das transcrições. De acordo com Carreiro, a nota taquigráfica é elemento incontestável de prova em juízo, sendo inaceitável que um magistrado devolva essas



Carreiro: Subsecretaria de Taquigrafia é uma das principais vértebras do Senado

notas ao Senado para que este investigue a dubiedade de uma transcrição ou a autoria de uma declaração que, para a estenógrafa que fez a anotação, foi praticamente inaudível.

É a Secretaria Geral da Mesa, como principal órgão de assessoramento superior da Casa, que recebe as transcrições de tudo o que se passa nas CPIs para en-

Jose Araújo

caminhar ao Ministério Público, quando o resultado do trabalho dessas comissões enseja a formalização de processos judiciais.

– Sempre recomendo que não deixem brechas nessas transcrições e que gravem tudo, por medida de segurança. Não é aceitável que, em razão da dubiedade de anotações ou declarações inaudíveis, um juiz possa ser induzido a cometer uma injustiça. Sempre lembro aos taquígrafos que um erro pode levar a uma injustiça – ressaltou.

Todo esse zelo com o trabalho da Taquigrafia Carreiro diz ter aprendido ao longo dos quase 40 anos em que vive o dia-a-dia da história do Senado. Ele tomou posse na Casa poucos dias antes de o marechal Artur da Costa e Silva editar o Ato Institucional nº 5 e viu muitos parlamentares serem cassados.

Carreiro estava no Senado quando, em 1975, num aparte a discurso do então senador Franco Montoro, que falava sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, o então senador Leite Chaves acusou as Forças Armadas de realizarem tarefas de repressão próprias das polícias. À frente da linha dura militar, o então ministro do Exército, general Sylvio Frota, quis cassar Leite Chaves.

Uma série de conseqüências, como a alegação do presidente Ernesto Geisel aos generais de que as notas taquigráficas do discurso não tinham sido publicadas, a idéia de retirar o aparte dos Anais do Senado, a opção de recolher o *Diário do Congresso*, a determinação, pelo presidente da Casa, Magalhães Pinto, da publicação do aparte – tudo isso teve nas notas taquigráficas o cenário central daquela crise política.

Rapidez e perfeição são os maiores atributos dos taquígrafos, diz diretora

Transformar a voz dos senadores em palavra escrita. Essa é a principal função da Taquigrafia desde o Império, conforme destaca a diretora da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado, Denise Ortega de Baère. Segundo ela, a rapidez e a perfeição são os dois principais atributos dos cem profissionais do setor, que se dividem em três turnos de trabalho e ficam 24 horas à disposição dos parlamentares, por força de dispositivo regimental.

Subordinada à Secretaria Geral da Mesa, a Subsecretaria de Taquigrafia é responsável pelo registro das sessões plenárias da Casa e do Congresso. Também registra as reuniões das comissões permanentes e das comissões parlamentares de inquérito, convenções partidárias, conferências, encontros, seminários e outros eventos para os quais seja convidada a participar.

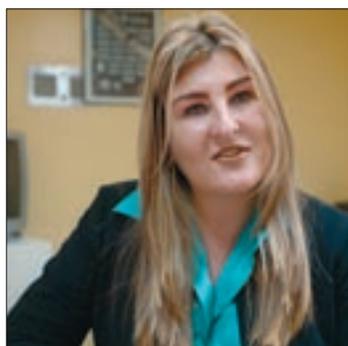
– A gente tem amor por isso

aqui, a gente trabalha com comprometimento. Minha mãe trabalhava com o senador Benedito Valadares. Eu era criança e cresci dentro desta Casa – recorda-se Denise, que começou a trabalhar na Taquigrafia em 1982 e assumiu a direção do setor em 1995.

Denise destaca conquistas tecnológicas que facilitam o trabalho dos taquígrafos, entre as quais os programas de reconhecimento de voz, que estão sendo testados pela subsecretaria. Entretanto, a diretora salienta as limitações da própria tecnologia em relação ao trabalho taquigráfico.

– A subsecretaria está permanentemente atenta aos progressos tecnológicos. Mas é importante ressaltar que a tecnologia sofre limitações. Em tais momentos, o modelo taquigráfico que compreende unicamente lápis e papel se revela muito eficaz – destaca.

O último concurso público para taquígrafos foi realizado pelo



“Somos uma pequena enciclopédia”, resume Denise ao falar sobre a categoria

Senado há seis anos. A diretora explica que a demanda por profissionais aumentou consideravelmente nos últimos tempos e dá uma dica para aqueles que pensam em trabalhar na Casa.

– A prova do concurso exige que a gente escreva 130 palavras por minuto. Tem que ser muito eficiente para vencer a velocidade, ser ágil, saber um pouquinho de tudo. O taquígrafo tem que saber idioma, história, geografia

Jose Cruz

e expressões latinas, por exemplo. Somos uma pequena enciclopédia – avalia Denise.

História

A diretora assinala que a taquigrafia acompanha fatos tão antigos quanto as citações de Davi, no Salmo 44, que datam entre os anos 1.000 e 300 antes de Cristo, quando se utilizava um sistema de escrita abreviada. A taquigrafia, segundo Denise, também foi responsável, no parlamento romano, pelas *Notas Tironianas*, confeccionadas por Marcus Tullius Tiron, escravo liberto e secretário de Cícero, que as teria adaptado provavelmente de um sistema taquigráfico grego.

Quando se instalou a Constituinte de 1823, não havia taquígrafos no Brasil. Denise Ortega conta que o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, providenciou a vinda de taquígrafos franceses, que ensinaram o ofício aos brasileiros.

Estes, ao dominarem a arte da escrita veloz, adaptaram-na à língua portuguesa e elaboraram os primeiros anais constitucionais. Por esse motivo, José Bonifácio é considerado o patrono da taquigrafia parlamentar.

As notas taquigráficas da primeira Assembléia Nacional Constituinte do Brasil foram elaboradas no dia 3 de maio de 1823, com a presença do imperador dom Pedro I. Daí por que nessa data é comemorado o Dia do Taquígrafo.

Em discurso alusivo à data, o senador Marco Maciel (PFL-PE) definiu com clareza, no início deste mês, o trabalho dos profissionais da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado.

– Os taquígrafos exercitam seu ofício no silêncio. Por isso, muitas vezes não é percebida a essencialidade de sua missão no Parlamento, onde a voz se transforma em palavra da nação – afirmou Maciel.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

150 mil livros

4 mil obras raras

450 mil fascículos de periódicos

2,7 milhões de recortes de jornal

Informação ao alcance de todos

www.senado.gov.br/sf/biblioteca

